

RESUMO DAS POLÍTICAS

TRABALHO DE CUIDADOS NA TRANSIÇÃO JUSTA

Provedo para as pessoas e o planeta



A Transição Justa (JT, do inglês ‘Just Transition’) é um quadro político promovido por organizações de justiça laboral e ambiental para conceber políticas de transição climática e ecológica na perspectiva dos mais afetados pelas desigualdades sociais. O quadro descreve como compensar as perdas de empregos devido à eliminação progressiva obrigatória de indústrias com elevadas emissões, respondendo simultaneamente às necessidades das comunidades afetadas através da criação de empregos dignos e estáveis em energias limpas e infraestruturas. Ao longo da última década, o conceito de JT foi incorporado em recomendações e processos políticos da Organização Internacional do Trabalho, da União Europeia e de diferentes governos. No entanto, até agora, a JT tem prestado atenção limitada ao trabalho de cuidado e à sua centralidade na satisfação das necessidades humanas e na proteção do meio ambiente.

Este documento representa a experiência, as perspectivas e as demandas decorrentes do trabalho em cuidados domésticos e comunitários, na agricultura de subsistência, no setor da saúde, na proteção ambiental e na educação. Produzido por uma rede de atores de diferentes regiões do mundo, este resumo exige uma mudança de foco nas estratégias de JT para uma nova visão em que o cuidado seja devidamente reconhecido, valorado e financiado. Com base na nossa experiência prática, política e de investigação, afirmamos que, para o bem-estar das pessoas e do planeta, as medidas de Transição Justa devem reconhecer adequadamente os e as prestadoras de cuidados e os seus direitos.

Dimensões do trabalho de cuidado

Entendemos o trabalho de cuidado como o conjunto de atividades remuneradas e não remuneradas que produzem, suportam e sustentam a vida humana e o meio ambiente. Muitas vezes invisíveis e não reconhecidos como trabalho, os cuidados ocorrem tanto na esfera pública como na privada, no ambiente urbano e rural, na terra e em muitos sistemas fundiários onde as pessoas satisfazem as suas necessidades de subsistência. A classe trabalhadora, assim como o campesinato e os povos da floresta, realizam diferentes formas de cuidado e trabalho de conservação e manejo sustentável, muitas vezes combinando-o com trabalho remunerado. A maior parte dos cuidados não remunerados a nível mundial é prestada por mulheres e meninas. As desigualdades de sexo, gênero, classe, etnia, capacidade e outras determinam grandemente a distribuição e o acesso aos serviços de cuidados, bem como a forma como os e as cuidadoras são tratadas e compensadas, o que muitas vezes resulta em cargas insustentáveis ou condições de trabalho potencialmente fatais — como observado na crise pandêmica da Covid-19.

Box 1. Trabalho de cuidado na pandemia de Covid-19

A Covid-19 é apenas a mais recente manifestação de uma crise reprodutiva global, enraizada em processos de longo prazo de depreciação dos cuidados e degradação ambiental, afetando tanto a saúde humana como a não humana. O custo da pandemia, cuja distribuição seguiu padrões pré-existent de desigualdade social, foi amplamente exacerbado por décadas de contração dos serviços de saúde e bem-estar públicos. Isso impactou de forma mais severa as pessoas com menos acesso a cuidados de saúde e condições de vida saudáveis. A lição que podemos aprender com a Covid-19 é que um modelo econômico mais sustentável deve centrar-se no cuidado, entendido como a capacidade de satisfazer as necessidades tanto das pessoas quanto da natureza, reconhecendo sua interdependência mútua.

A rede Transição Justa e Cuidado (JTC — do inglês ‘Just Transition and Care’)

JTC é uma rede internacional de atores com um interesse comum em destacar a relevância do trabalho de cuidado nas políticas de Transição Justa, ouvindo as vozes dos e das cuidadoras e incluindo as suas perspectivas sobre as alterações climáticas e ambientais, bem como sobre as necessidades sociais e comunitárias. A rede envolve representantes sindicais, ativistas pela justiça ambiental e climática

e atores da economia comunitária, bem como pesquisadores em ciências socioambientais.

Box 2. Metodologia da rede JTC

Este documento baseia-se numa série de cinco conversas online realizadas entre 2021 e 2023. Cada reunião contou com até 4 representantes de diferentes setores do cuidado, que foram convidados a responder a perguntas previamente circuladas sobre a sua experiência com a crise da Covid19 e a crise ecológica/climática, bem como a sua perspectiva sobre as políticas governamentais e sindicais. As atas foram compartilhadas e discutidas com um comitê científico internacional formado por acadêmicos especializados em cada um dos cinco setores.

Diretrizes para uma transição justa focada no cuidado

Exigimos que a estratégia de Transição Justa inclua as seguintes recomendações para políticas públicas, tanto a nível governamental como intergovernamental:

- **Reconhecer** que o **trabalho de prestação de cuidados é fundamental para o bem-estar social e ambiental**, porém frequentemente subestimado e inadequadamente financiado. **Expandir a consciência social sobre o valor e a relevância do trabalho de cuidado.**
- Integrar o trabalho de cuidados como componente central das estratégias e planeamento da transição, **assegurando que uma parte adequada do financiamento destinado à JT, bem como a criação de emprego ou renda, seja direcionada ao trabalho de cuidados.** Isso inclui os lares, centros comunitários, agricultura de subsistência, conservação ambiental, manejo sustentável, saúde e educação.
- **Apoiar todos os e as cuidadoras**, especialmente aquelas que não recebem remuneração ou trabalham informalmente, garantindo que as suas necessidades sejam atendidas com um rendimento digno, segurança social, reconhecimento legal, serviços acessíveis e boas condições de vida; melhorar suas habilidades de auto-realização.
- Apoiar o direito de todas as pessoas a receber cuidados, seja na infância ou mais tarde na vida, devido a doença ou deficiência, e a ter uma palavra a dizer sobre os cuidados, para que sejam promovidas relações respeitadas e vidas independentes.
- **Criar oportunidades atrativas de emprego público ou geração de renda em todas as áreas do trabalho de cuidados**, proporcionando remuneração adequada ou sustentabilidade de renda, segurança no emprego, condições de trabalho seguras, respeito

pelos direitos laborais, representação adequada e participação na tomada de decisões sociais e ambientais.

- **Restaurar, modernizar e adaptar as infraestruturas de cuidados** para torná-las resilientes aos riscos relacionados com o clima, eficientes em termos energéticos, seguras e sustentáveis no abastecimento alimentar e na gestão de resíduos.
- **Garantir acesso adequado a serviços e infraestruturas de cuidados para todas as pessoas**, eliminando as desigualdades sociais e espaciais existentes e preparando-nos para o aumento das necessidades de cuidados associadas a eventos climáticos e epidemias.
- Reduzir o investimento nas indústrias extrativas, no setor do armamento e em projetos com elevado impacto ambiental, e **direcionar esses recursos para os cuidados**. Isso inclui expandir significativamente os gastos públicos em emprego, segurança social, serviços e infraestruturas relacionadas aos cuidados.

Cuidados domésticos e comunitários

- **Proporcionar um rendimento adequado aos e às cuidadoras informais** para que todas as necessidades de cuidados possam ser adequadamente satisfeitas, a carga de cuidados possa ser distribuída de forma mais equitativa e as necessidades dos e das cuidadoras sejam satisfeitas ao mesmo tempo que atendem às necessidades dos outros.
- **Garantizar os direitos dos e das trabalhadoras domésticas**, incluindo reconhecimento legal, estabilidade, segurança social, segurança no emprego e proteção contra violência, abuso e privação; proporcionar-lhes acesso a transporte adequado, serviços de saúde e educação e serviços gratuitos de assistência para crianças e idosos.
- **Reconhecer o ativismo comunitário e as atividades de apoio mútuo** desenvolvidas em espaços autogeridos como trabalho de cuidado, mesmo quando resultem da ocupação e recuperação de infraestruturas ou terrenos desocupados; reconhecer o direito ao autocuidado comunitário e **apoiar e melhorar a sua capacidade de responder às necessidades não satisfeitas** e de proporcionar bem-estar social e revitalização cultural em áreas marginalizadas.

Fornecimento de alimentos

- Reconstruir a agroecologia e a segurança e soberania alimentar como componentes-chave da Transição Justa, valorizando-as adequadamente, **invertendo as prioridades das políticas agrícolas**: de um viés corporativista para o apoio ao campesinato; respeitar, recuperar e apoiar conhecimentos, práticas e técnicas agrícolas indígenas e coletivas.

- Respeitar, recuperar e apoiar conhecimentos, práticas e técnicas agrícolas indígenas e coletivas.
- **Sustentar a vida nas zonas rurais**, garantindo o acesso à terra, à água e ao mar e garantindo retornos dignos aos pequenos produtores; fornecer transporte e serviços públicos adequados com práticas sustentáveis.
- Fornecer **acesso a alimentos saudáveis** provenientes da agricultura camponesa e indígena às populações urbanas de baixos rendimentos.

Cuidados de saúde

- **Investir nos determinantes sociais da saúde**, ou seja, apoiar o trabalho de cuidados não remunerado e o fornecimento diário de alimentos como condição prévia para a prosperidade; investir recursos adequados para mitigar as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde entre diferentes áreas; proporcionar acesso a medicamentos apropriados para todos.
- **Proporcionar pleno acesso a cuidados primários** de qualidade nas zonas rurais e de baixos rendimentos; fornecer serviços adequados de acompanhamento e cuidados de saúde ao domicílio para apoiar e aliviar a carga dos cuidados de saúde a nível domiciliário.
- Criar um número adequado de **novos empregos dignos, seguros e sindicalizados nos hospitais, bem como nos cuidados domiciliários e comunitários**; investir em condições de trabalho seguras nos hospitais, como ventilação adequada e suprimentos e dispositivos seguros e não tóxicos; conceber medidas específicas para abordar a “dupla carga” de cuidados para as trabalhadoras de saúde.
- **Investir em respostas de emergência adequadas** ao provável aumento das necessidades de cuidados de saúde como resultado de catástrofes climáticas e epidemias; renovar as infraestruturas de saúde e torná-las resilientes, energeticamente eficientes e livres de substâncias tóxicas; investir em medidas adequadas de segurança e proteção para os profissionais de saúde em casos de emergência; investir recursos contínuos para enfrentar o impacto desigual dos desastres climáticos nos países do Sul Global.

Cuidado com o meio ambiente

- Investir na prevenção constante de incêndios florestais, deslizamentos de terras e outros riscos ambientais em zonas montanhosas e costeiras, **proporcionando a bombeiros e costeiros marinhos empregos seguros, permanentes e adequadamente financiados**; eliminar as práticas de contratação temporária no cuidado ambiental e incluí-las como um elemento-chave das políticas de Transição Justa; conceder aos trabalhadores representação adequada e acesso à tomada de decisões nas políticas de proteção ambiental.

- **Recuperar e apoiar práticas agroflorestais comunitárias** e usos florestais sustentáveis (por exemplo, pastoreio ou recolha de resinas e frutos) para evitar o abandono rural, a acumulação de biomassa propensa a incêndios e a degradação da terra; reconhecer e apoiar organizações locais de cuidado territorial e promover a sua inclusão ativa na gestão territorial; criar oportunidades de emprego atraentes para jovens rurais em serviços de cuidados ambientais.
- **Reconhecer as populações indígenas e outras populações tradicionais como guardiãs da natureza** e implementar medidas que lhes garantam plenos direitos territoriais, tomada de decisão eficaz e financiamento para cuidados ambientais; protegê-los da violência, impedir a extração dos seus conhecimentos e serviços e valorizar o seu trabalho, proporcionando-lhes igualdade de acesso a serviços e tecnologias e um rendimento digno; reconhecer a carga desigual do trabalho de cuidados sobre as mulheres rurais e indígenas, promover a igualdade de gênero e fornecer meios concretos para redistribuir a carga de cuidados nestas populações.
- **Investir na soberania alimentar e energética** por meio de economias comunitárias, livres de combustíveis fósseis e não exploradoras; investir na **restauração comunitária dos danos ambientais** causados pelas infraestruturas fósseis e na descontaminação territorial, premissa necessária para o desenvolvimento de economias regenerativas.

Educação

- **Reconhecer e valorizar os e as educadoras como atores-chave na transição ecológica**, por exemplo, na formação para a transição para empregos verdes e economias de baixo carbono, no desenvolvimento de ações sistémicas e não individualistas, e na sensibilização, preparação e/ou mobilização social; tornar a educação uma profissão mais atraente em termos de benefícios e resiliência frente às ameaças climáticas.

- **Investir em infraestruturas educativas seguras e energeticamente eficientes; reverter os currículos escolares de uma ética individualista e competitiva para uma ética de cuidado**; desenvolver currículos descolonizados atentos à igualdade e aos direitos humanos; investir na reconversão dos e das educadoras para os objetivos de justiça climática; reverter a educação de qualidade de um bem posicional para um bem totalmente público acessível a todos.

Conclusões

A Transição Justa deve consistir na **passagem de um sistema econômico descuidado para um sistema econômico cuidadoso**, expandindo os direitos humanos para incluir o direito a cuidados adequados e à segurança contra os riscos associados às mudanças climáticas e ambientais em curso, e o direito a um ambiente saudável para a classe trabalhadora urbana, as populações camponesas, florestais e indígenas.

Esta mudança não é compatível com as políticas neoliberais e requer um passo decisivo que envolva o afastamento do sistema e da cultura capitalistas. **Colocar os cuidados à frente dos lucros é fundamental** para alcançar os objetivos acima mencionados em todos os setores do trabalho de cuidados e é essencial para alcançar uma Transição Justa.

Os recursos para esta mudança devem ser obtidos desviando o financiamento público dos combustíveis fósseis, das monoculturas, da guerra e dos megaprojetos de alto impacto, e pela introdução de políticas fiscais e monetárias progressivas, incluindo a abolição dos paraísos fiscais.

Os governos devem desempenhar um papel fundamental nesta mudança, não só fornecendo financiamento adequado, mas também **criando espaço para uma representação política adequada e para a participação dos e das prestadoras de cuidados na conceção de políticas de Transição Justa**.

Agradecimentos

Este relatório foi escrito pela equipa de coordenação da rede JTC (Stefania Barca, Rocío Hiraldo, Dunja Krause e Dimitris Stevis) com base nas opiniões expressas pelos seguintes participantes na iniciativa: Baba Aye, Serviços Públicos Internacionais, Bélgica; Susana Barria, Serviços Públicos Internacionais, Colômbia; Mark Bergfeld, UNI Care Europe, Bélgica; Natalia Cassau De La Vega, Sindicato Profissional dos Bombeiros Florestais (FIRET), Espanha; Eunice Chepkemoy, Programa de Desenvolvimento dos Povos Ogiek, Kenya; Jennyfer Cooper, União Nacional de Educação, Reino Unido; Maia Epstein, Associação de Serviços Sociais Profissionais (APSS), Argentina; Maria Ferreiro Santos, Sindicato Camponês Galego (SLG) – Secretaria das Mulheres, Espanha; Estefany Grajales, Fundação Comunidades Unidas da Colômbia (COUNCO); Selma James e Nina López, Greve Global das Mulheres, Reino Unido; Edel Moraes, Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, Brasil; Leddy Mozombite, Federação de Trabalhadores Domésticos, Peru; Camilo Santana, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Brasil; Roberto Sciarelli, Rede Italiana dos Comuns, Itália; Alanah Torralba, Educação Internacional, Espanha; Sandra Trafílaf, Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (ANAMURI), Chile; Todd Vachon, Universidade Rutgers, Sindicato Americano de Docentes, Estados Unidos.